

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.442.668 - SP (2019/0028582-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : MARIA AUXILIADORA ALVES CORREA  
**ADVOGADOS** : JUVENAL DA PAIXÃO BARBOSA - SP116543  
JÚLIO APARECIDO COSTA ROCHA - SP105783  
**AGRAVADO** : DADO-CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA  
**ADVOGADOS** : CÍNTIA MARIA LEO SILVA - SP120104  
THIAGO PERES DE MIRA - SP369599

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARIA AUXILIADORA ALVES CORREA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"EMBARGOS DE TERCEIRO. Embargos rejeitados por intempestividade. Pedido de nulidade da adjudicação do imóvel sub judice, por falta de intimação. Hipótese de ciência inequívoca da execução e dos atos expropriatórios do imóvel, porquanto havia figurado no polo passivo da ação em comento. Ausência de litigância de má-fé. Arbitramento de honorários sucumbenciais recursais. Art. 85, § 11º, do NCPC. Recurso improvido, com determinação" (fl. 342 e-STJ).*

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 372/377 e-STJ).

No recurso especial, a recorrente aponta violação dos artigos 675, 842 e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta a tese de negativa de prestação jurisdicional ao argumento de que há contradição no acórdão recorrido.

Afirma que *"inexiste nos autos qualquer elemento ou prova de que [...] pudesse ter sido intimada acerca da adjudicação do imóvel"* (fl. 385) e que, portanto, os atos praticados anteriormente à sua intimação, determinada pelo juízo em 30/7/2015, não podem produzir efeitos em relação a meeira do imóvel.

Defende a tempestividade dos embargos de terceiro haja vista que o auto de adjudicação do imóvel foi assinado em 26/1/2018.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 442/446 (e-STJ).

É o relatório.

## DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

# Superior Tribunal de Justiça

Inicialmente, observa-se que o tribunal local indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Com relação ao mérito, a Corte de origem negou provimento à apelação interposta, mantendo a decisão que reconheceu a intempestividade dos embargos de terceiros opostos, pelos seguintes fundamentos:

*"E agiu, o ilustre Magistrado a quo, em seu costumeiro acerto. Nos termos do artigo 675 do NCPC, o prazo para oposição de embargos de terceiro, no processo de execução, é de até 5 (cinco) dias, depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação.*

*Compulsando os autos da ação de execução, verifica-se que a decisão de **adjudicação do imóvel ocorreu em 02/02/2016**, tendo sido lavrado 'Auto de Adjudicação', em 22/02/2016.*

*Todavia, os **embargos em comento foram opostos somente em 21/09/2016**, ou seja, muito tempo após o prazo de 5 dias previsto no mencionado artigo.*

*De fato, é inequívoca a ciência da ora apelante, quanto o andamento da execução, na qual fez parte do polo passivo, porquanto seu cônjuge continua sendo executado, de modo que não há que se falar em desconhecimento dos atos expropriatórios do imóvel.*

*A corroborar tal fato, consta do 'Termo de Penhora' do imóvel, lavrado em de 03/05/2013, ter sido nomeada fiel depositária (fls. 69).*

*Inegável, portanto, reconhecer a intempestividade manifesta dos embargos de terceiro, pelo que deve ser mantida a r. sentença.*

*Em razão da manutenção do reconhecimento da intempestividade do recurso, deixa-se de analisar os demais pedidos" (fls. 343/344 e-STJ, grifou-se).*

Dessa forma, verifica-se que a decisão recorrida está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, firme no sentido de que, se o terceiro tinha conhecimento da execução, os embargos devem ser opostos até o quinto dia após a adjudicação, da alienação ou da arrematação.

Confiram-se:

*"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL COMPLETA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. EMBARGOS DE TERCEIRO. IMÓVEL RURAL. POSSE E PROPRIEDADE. COMPROVAÇÃO. CARÊNCIA DE AÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO. DESCONHECIMENTO. PRAZO. TERMO INICIAL. IMISSÃO DO ARREMATANTE NA POSSE. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. NECESSIDADE DO REEXAME DE PROVAS. VERBETES 7 E 83 DA SÚMULA DO STJ. ATUAÇÃO PROTETATÓRIA E DE*

# Superior Tribunal de Justiça

**MÁ-FÉ. ARTS. 80, INCISOS II, IV E VI, E 81, DO CPC. MULTA. NÃO PROVIMENTO.**

1. A decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105, de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

2. Se as matérias trazidas à discussão foram dirimidas pelo Tribunal de origem de forma suficientemente ampla e fundamentada, ainda que contrariamente à pretensão da parte, afasta-se a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973.

3. **Nos termos da jurisprudência desta Corte, os embargos devem ser opostos até o quinto dia após a arrematação e antes de assinada a carta, se o terceiro tinha conhecimento da execução.** Caso contrário, o prazo tem início com a imissão do arrematante na posse do bem.

4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

5. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

6. Atuação protelatória e de má-fé da parte que, desconsiderando premissa do acórdão recorrido, deduz repetidamente argumentação que desvirtua a situação fática da demanda, e que por isso deve ser sancionada nos termos dos artigos 80, incisos II, IV e VI, e 81 do Código de Processo Civil.

7. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa" (AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 1.022.171/MT, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 9/10/2018, DJe 23/10/2018 - grifou-se).

**"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENHORA. EMBARGOS DE TERCEIRO. PRAZO. ART. 1.048 DO CPC/1973. TEMPESTIVIDADE. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.**

1. **"Nos termos da jurisprudência desta Corte, os embargos devem ser opostos até o quinto dia após a arrematação e antes de assinada a carta, se o terceiro tinha conhecimento da execução. Caso contrário, o prazo tem início com a imissão do arrematante na posse do bem"** (AgRg no AREsp n. 389.222/RJ, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 5/12/2013, DJe 3/2/2014).

2. No caso, o Tribunal de origem julgou em conformidade com a jurisprudência desta Corte ao afastar intempestividade dos embargos opostos por terceiro que teve ciência da execução com a penhora do bem, considerando que não ocorreu nenhum dos atos previstos no art.

1.048 do CPC/1973.

3. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AgInt no AREsp 879.210/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/6/2018, DJe 29/6/2018 - grifou-se).

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 1. EMBARGOS DE TERCEIRO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. 2. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

1. **Nos termos da jurisprudência desta Corte, os embargos de terceiro devem ser opostos até o quinto dia após a arrematação e antes de assinada a carta, se o terceiro tinha conhecimento da execução. Caso contrário, o prazo tem início a partir da efetiva turbacão da posse que se dá com a imissão do**

# Superior Tribunal de Justiça

**arrematante na posse do bem. Precedentes.**

2. Na hipótese, o Tribunal de origem constatou que a ora agravada adquiriu o imóvel objeto de penhora antes do ajuizamento da execução e até mesmo da emissão do título executado, não havendo, portanto, fraude à execução e tampouco intempestividade.

3. Agravo regimental improvido" (AgRg no REsp 1.504.959/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 2/2/2016 - grifou-se).

**"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS. EXECUÇÃO. DESCONHECIMENTO. PRAZO. TERMO INICIAL. IMISSÃO DO ARREMATANTE NA POSSE. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PREENCHIDOS.**

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, os embargos devem ser opostos até o quinto dia após a arrematação e antes de assinada a carta, se o terceiro tinha conhecimento da execução. Caso contrário, o prazo tem início com a imissão do arrematante na posse do bem.

2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 389.222/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 5/12/2013, DJe 3/2/2014 - grifou-se).

Ademais, alterar as conclusões da Corte de origem no sentido de que "é inequívoca a ciência da ora apelante", tal como pretende a recorrente, demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático probatório, procedimento inviável em virtude do óbice da Súmula nº 7/STJ.

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO NA ORIGEM. SÚMULA 634/STF. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE CONFLITO COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA CORTE. EMBARGOS DE TERCEIRO. TERMO INICIAL. PRAZO PARA AJUIZAMENTO. CIÊNCIA DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. ELEMENTOS FÁTICOS DO CASO CONCRETO. SÚMULA 7/STJ.**

1. Trata-se de Medida Cautelar com pedido liminar de suspensão dos efeitos de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, contra o qual foi interposto Recurso Especial ainda não admitido na origem. O mérito recursal diz respeito ao termo inicial do prazo para ajuizar Embargos de Terceiro.

2. Somente em casos excepcionalíssimos, tem-se admitido o processamento de demanda dessa espécie para coibir a eficácia de decisão teratológica ou em manifesta contrariedade à orientação assentada pelo STJ (AgRg na MC 18.981/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 18/4/2012; AgRg na MC 18.871/RN, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 16.3.2012;

AgRg na MC 18.603/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 24.11.2011).

3. A jurisprudência do STJ admite como termo inicial dos Embargos de Terceiro a data da efetiva turbação ou esbulho, mas exige como requisito para a flexibilização do art. 1.048 do CPC - segundo o qual sua propositura deve ocorrer até cinco dias depois da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta - que o terceiro embargante não tenha tido ciência da Execução.

# Superior Tribunal de Justiça

4. *Sucedede que, com base em peculiaridades fáticas percebidas na origem, chegou-se à conclusão de que, na hipótese dos autos, houve prévia ciência dos atos expropriatórios (fls. 288-290).*

5. *O acolhimento da pretensão da requerente pressupõe a conclusão de que ela não teve conhecimento dos atos expropriatórios, o que, em princípio, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.*

6. *Ao contrário do que alega, não é correto afirmar que o STJ tem firme entendimento de que deve haver, necessariamente, comprovação formal de ciência da constrição judicial pelo terceiro, o qual, como sabido, não é parte no processo e, por isso, não é destinatário natural das intimações judiciais. Desse modo, inafastável a Súmula 634/STF.*

7. *Agravo Regimental não provido" (AgRg na MC n. 20.130/MG, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/12/2012, DJe 19/12/2012 - grifou-se).*

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do patamar máximo em que foram fixados (fl. 345 e-STJ).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator